A construção da nação desde o Sul

Dr. Antônio Manoel Elíbio Júnior
tonyelibio@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo analisa a produção intelectual dos sócios e escritores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), entre as décadas de 1920 e 1930. Pretende-se mostrar as diferentes interpretações que matizaram o discurso dos intelectuais acerca da idéia de nação. Para tanto, buscou-se investigar nos artigos e atas das reuniões publicadas na Revista do IHGRS, a compreensão de passado e de história que norteava o trabalho dessa instituição.

Palavras-chave: Nação, Intelectuais, Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Abstract

This article examines the intellectual output of members and writers of the Institute of History and Geography of Rio Grande do Sul (IHGRS) between the years of 1920 and 1930. It is intended to show the different interpretations that tinted the discourse of intellectuals about the idea of nation. To this end, we sought to investigate the items and minutes of meetings published in the Journal of IHGRS, understanding the past and history that guided the work of this institution.

Keywords: Nation, intellectuals, Rio Grande do Sul, Institute of History and Geography of Rio Grande do Sul.

Área temática
Historiografia Brasileira e a (des) Construção da Nação

A construção da nação desde o Sul

Este artigo analisa a produção intelectual dos sócios e escritores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), entre as décadas de 1920 e 1930. Pretende-se mostrar as diferentes interpretações que matizaram o discurso dos intelectuais acerca da idéia de nação. Para tanto, buscou-se investigar nos artigos e atas das reuniões publicadas na Revista do IHGRS, a compreensão de passado e de história que norteava o trabalho dessa instituição.

No discurso inaugural da sessão de apresentação do IHGRS, o intelectual Othelo Rosa procurava estabelecer as diretrizes e os "*elementos indispensáveis*" do trabalho do historiador. Para ele, até o final da década de 1940, não se havia delineado fronteiras e interseções do que Rosa acreditava ser uma "*contribuição historiográfica*".[1] Segundo Ângela de Castro Gomes, nas primeiras décadas do século XX, os historiadores são um "*bom exemplo de produtores culturais em um amplo espaço do conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, lingüística e geografia*."[2]

Encampando temas da flora e da fauna, das línguas indígenas e das festas religiosas, a produção intelectual dos sócios do IHGRS foi marcada por um elenco de textos que procuravam "*carrear para a história da nacionalidade elementos valiosos*" da história regional. Nesse sentido, a despeito do paradoxo apontado, Othelo Rosa postulava uma esfera de competência específica da história. Dizia o autor:

> *"Entrecruzam-se hoje, inseparáveis no dizer de uns, indistinctos, no conceito de outros, a história e a sociologia. Durkheim affirmou, com justeza duvidosa, que a história é o microscópio da sociologia, e mesmo aquelles que sustentam a differenciação das duas disciplinas, confessam que a invasão de uma por outra é inevitável e fatal. O que é incontrastável é que a sociologia, tendo por objecto o estudo da sociedade, ha-de partir sempre da analyse do phenomeno social elementar que, seja a raça, como quer Gobineau, ou a evolução econômica, como prefere Karl Marx, ou o meio geographico conforme Ratzel, ou o número, a densidade e a mobilidade da população como preceitua Bouglé, ou a adaptação, segundo Spencer, só pelo processo da investigação histórica será convenientemente e sufficientemente explicado."*[3]

A suspeição de Rosa quanto às "*soluções fracassadas*" para o desenvolvimento do país, resultavam da "*nossa cultura de empréstimo*", dos estudos "*divorciados do senso das realidades e desattentos à nossa formação ethnica*". A estes fatores o autor acrescentava a ineficiência das pesquisas sobre "*as nossas condições territoriaes, às nossas possibilidades econômicas, às deficiências, ou peculiaridades, da nossa educação cívica, às lições do nosso passado, à própria índole do povo brasileiro*". Se as outras "*disciplinas*", conforme afirmou Rosa, eram caudatárias da "*investigação histórica*", caberia à "*história*" a operação de recuperar o passado e mostrar a "*permanência e continuidade do processo evolutivo*".

---

[1] ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 610.

[2] GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 16.

[3] ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 614.

Em tal apreciação, Rosa afirmava, temeroso, que na "*República procuramos remédio aos nossos males sociaes e políticos, nas lições dos pensadores alienígenas*", o que tornava então excepcional a acuidade para o estudo "*racional da nossa história*":

> *"(...) estudo amplo e superior, que comprehenda a marcha integral da nossa evolução; o desenvolvimento gradual da nossa cultura moral, jurídica, artística; a analyse e a influencia dos factores econômicos; as tendências e as realizações do povo brasileiro, nos momentos culminantes da sua vida collectiva, e a sua capacidade de resistência, de energia, de bravura cívica e guerreira, de actividade e de trabalho, atravéz da analyse serena e justa dos seus typos representativos; o mechanismo das nossas instituições políticas e a sua adaptação as nossas necessidades reaes, ou a sua inefficiencia como facto, gerador da grandeza e da prosperidade da Nação; este estudo, fazendo com que nós mesmos nos conheçamos profundamente, dará ao Brasil a consciência exacta de seu valor, e aos homens de boa vontade e patriotismo abrirá ensanchas para uma nobre, fecunda, reparadora acção constructiva e harmônica."*[4]

O que avulta nas considerações de Othelo Rosa é uma profunda e acalentada vontade em fazer das preocupações com a escrita da história pátria um compromisso coletivo, avesso às paixões pessoais, e disso exaurir uma "*consciência exacta*" e "*reparadora*" dos problemas sociais. Tal proposição, afeita a um nacionalismo militante, defendia a tarefa de uma história nacional, capaz de "*elevar os espíritos*" e conduzir a formação do Brasil "*corajoso e forte, rico e prospero, livre e digno*". O "*estudo amplo e superior*" da história, a "*analyse serena e justa*" da diversidade cultural e, por fim, o diagnóstico das "*necessidades reaes*" do país deveriam se constituir em ações, para reverter o atraso econômico e os problemas atribuídos à heterogeneidade étnica da nação. Somente por este caminho, o "*povo*", reconhecendo a si mesmo conduzido pelo estudo sistemático e aplicado do passado, sairia do estado de inércia, para se elevar em direção do seu bom e correto futuro. A "*acção constructiva e harmônica*" da escrita da história, seria capaz de lembrar o povo do seu passado, limpar da opacidade a sua "*verdadeira identidade nacional*".

Essa operação intelectual e a delimitação do "*saber historiográfico*" constituiriam os elementos do "*espírito nacional*". Trata-se de definir um "sentido" e uma "*valorização do passado*". Segundo Rosa, interpretar uma realidade social requer do intelectual um tipo de aproximação que se efetuaria através do uso de um método. Em outros termos, se a "*consciência nacional*" está nos costumes, na raça, na língua e na memória, devendo todos ser identificados e recuperados, podemos perceber duas concepções de passado propostas nessa interpretação. Primeiramente de um passado vinculado à cultura popular e que, manifestando-se através de um conjunto de tradições, convive com o presente; e a de um passado histórico, ligado a uma idéia de tempo cronológico, progressivo e relacionado à memória de fatos e personagens singulares.

A idéia que se coloca é a de que o intelectual deveria, forçosamente, direcionar suas reflexões para os destinos do país; afinal, o momento exigia luta e engajamento, não se admitindo mais o escapismo e o intimismo. As "*realizações do povo brasileiro*" não poderiam ser imparcialmente analisadas por estrangeiros, levando, desta forma, a imprecisões e inverdades, pois a estes atribuía-se a idéia de decadência e resignação diante da "*bravura cívica e*

[4] ROSA, Othelo. op. cit. p. 619.

guerreira" do Brasil. Daí o tom de urgência, alertando sobre o papel dos intelectuais que deveriam assumir definitivamente a missão de encontrar a identidade brasileira.[5]

Ao analisar esta questão, Lúcia Lippi de Oliveira enfatiza que o reconhecimento dos intelectuais por parte das elites da sociedade foi condição fundamental desta política nas primeiras décadas da República. Para ela, a aproximação dos intelectuais à esfera da administração pública pode ser analisada a partir de duas vertentes. A primeira delas se refere às crenças e valores que justificam a aproximação dos intelectuais ao poder.

Como homens de ciência, esta associação apontava os intelectuais como seres dotados de "*qualidades superiores*" e identificados à figura do "*sábio*".[6] Por sua vez, na outra vertente, o Estado, ao procurar absorver os intelectuais como co-participantes de seu projeto de governo, considera-os capazes, de modo mais direto e imediato, em conhecer as aspirações do "*inconsciente coletivo de um povo*".[7] Enfim, além do aparato político-jurídico do qual o Estado procura lançar mão, também expressa o reconhecimento dos intelectuais enquanto agentes de um processo de transformação nacional, constituindo e designando-os como atores políticos de primeira grandeza na tarefa de emancipação cultural.

Ocupando cargos em secretarias, ministérios, conselhos consultivos e departamentos técnicos, muitos desses intelectuais, incorporados pelo governo, procuraram atenuar o grau de dependência em relação ao Estado fortemente centralizador. Para esses intelectuais, ao ingressar nos cargos disponibilizados pelo Estado, eles estariam em melhores condições para realizar obras que expressassem verdadeiramente os anseios da coletividade e, portanto, a sua atuação constituía-se nos canais de expressão das necessidades da própria nação e não na promoção dos interesses de um grupo dirigente qualquer.[8]

---

[5] Segundo Maria Helena Capelato, nos anos de 1930, o Estado brasileiro ao incorporar os intelectuais à máquina burocrática, procurou implementar seu projeto político e conseguir apoio de uma parcela da população, entretanto, sem mobilizar as camadas populares para participarem da esfera política. Sobre esta questão ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998, p. 211.

[6] OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 34.

[7] Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, ainda que no pós-1930 se verifique no Brasil uma multiplicidade de intérpretes e interpretações, a maioria dos "*membros da elite intelectual e política*" defendiam o projeto centralizador para a política brasileira. Uma acirrada crítica ao modelo liberal, consubstanciado na Constituição de 1891 e os problemas econômicos enfrentados pelo país durante a República Velha, tornavam indefensável a defesa dos princípios federativos. Para Lúcia Lippi de Oliveira, mesmo os defensores do federalismo admitiam ser necessário combater seus excessos, caracterizados pelo regionalismo oligárquico. Havia no Brasil uma inadequação do federalismo à nossa realidade. O sistema federativo teria provocado a exacerbação do presidencialismo que correspondia de fato a um "*unitarismo baseado no suborno político das unidades da federação*." A discussão que se travava sobre os males do federalismo e do presidencialismo ocupou a elite política e intelectual brasileira durante o período do Governo Provisório e se acentuou nos debates da Constituinte de 1934. O que se pretendia era encontrar uma fórmula capaz de combinar a realidade histórico-social do país com o projeto de salvação nacional, objetivo da Revolução de 30. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 32.

[8] LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 07.

A assertiva do discurso inaugural de Othelo Rosa rebatia a tese do intelectual francês Ernest Renan, que publica em 1882, o ensaio "O que é uma nação?" Diferentemente da interpretação de Renan que afirmava que a raça, o território e a língua não eram os elementos essenciais formadores da nação, para Othelo Rosa:

> *"A história com base na investigação rigorosa e imparcial, a luz de uma intuição psycologica arejada e clara, com equilibrados propósitos moraes, será sem dúvida o fundamento maior, mais fecundo e verdadeiro, da obra inadiável e grande da renovação da sociedade brasileira. – problema fundamental que a geração de hoje cumpre resolver, sob pena de a nós mesmos crearmos um porvir presago e doloroso, perseverando no erro das ideologias e dos romantismos, e legando aos porvindouros a herança tremenda e funesta de uma nacionalidade sonhadora e combalida, sem rumo certo e sem destino lógico, pois que mutilada nessa força incoercível e prodigiosa da tradição, única capaz de operar o milagre da cohesão de uma raça e da unidade moral e mental de um povo."*[9]

Para os intelectuais do IHGRS, a instituição deveria, assim como a escola, ser o lugar privilegiado para o culto do passado, para comemorar as datas cívicas e, sobretudo, assegurar a regeneração da consciência nacional. As sessões festivas em que os escritores
eram admitidos sócios da agremiação freqüentemente se tornavam ocasiões para o intelectual expor suas "*considerações*" sobre o ofício do historiador, as finalidades da escrita da história, render homenagens a "*valorosos exemplos*" e reafirmar os objetivos aos quais deveria se ater o Instituto Histórico.

As sessões de apresentação e admissão dos novos sócios constantemente contavam com um discurso de saudação em que o orador do instituto retomava as finalidades da agremiação, elencando as prerrogativas do estatuto. Certamente, tal procedimento não cumpria apenas finalidades protocolares. Antes, reafirmava laços de afinidades, instando ao novo sócio o exame de sua filiação intelectual e o cumprimento de algumas solicitações.
Nesse sentido, do orador, ao qual caberia a apresentação do novo sócio, esperava-se um discurso narrando a trajetória intelectual e os motivos da associação. Os trâmites desse arranjo situavam o "*lugar social*" daquele que era apresentado e de seu apresentador.[10]

É possível identificarmos nesse ritual a construção de redes de compromissos que envolviam, desde a reafirmação de vínculos de amizade, a favorecimentos em pareceres técnicos para a publicação de artigos na revista da instituição. No discurso de apresentação dos novos sócios Leonardo Macedônia e Walter Spalding em 1932, Adroaldo Mesquita da Costa dizia do primeiro que:

> *"Os tesouros de sua inteligência; o zelo no desempenho de todos os seus encargos; a modelar conduta cívica; a competência profissional e a austeridade no seu exercício merecem-lhe de seus pares os*

[9] ROSA, Othelo. op. cit. p. 620.

[10] Para Carlos Guilherme Mota, baseado em Antônio Candido, os anos de 1930 foram vitais para a historiografia brasileira pois, segundo ele, neste período avultam os trabalhos que procuram uma "*redescoberta do Brasil*". Para Mota a interpretação da realidade brasileira foi tocada pela Semana de Arte Moderna e pela Fundação do Partido Comunista. Nesse contexto, surgem as obras Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Jr., publicada em 1933, Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, em 1933 e Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. Sobre esta questão ver.: MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1978, p. 31.

> *honrosos postos de presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e de vice-presidente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Quem possuindo tão dignificantes títulos, só os tem honrado por um desempenho brilhante e cabal nesta casa, há de continuando o seu passado, contribuir cada vez mais, para o seu progresso e para guinda-la sempre mais aquela altura em que a desejam ver quantos aqui trabalham e se esforçam para o engrandecimento moral e cultural do Rio Grande do Sul e da Pátria."*[11]

Ao que indica no discurso, Leonardo Macedônia, segundo Adroaldo Mesquita da Costa, levava para o IHGRS a experiência "*consagrada ao bem público*" pelo "*império da lei*". Por sua vez, afirmava o orador, como professor da "*cátedra de Direito*" Leonardo Macedônia ensinava, além da disciplina jurídica, a "*amar a pátria*", plasmando o cidadão " *a ter um carinho especial pelo estudo de sua história*". Ademais, ao "*incutir em seus alunos*" a "*idolatria das cousas sagradas*", a conservação dos "*costumes e tradições*", o "*culto apaixonado pela nossa bela língua*", Macedônia cumpria a tarefa a que se destinava o ensino de história. A admissão do advogado-professor representava para os sócios do IHGRS o reconhecimento e a admiração de um conhecido jurista que a "*mais de trinta anos as gerações que se sucedem, de par com a ciência que aprendem, tem ido haurir, do emérito professor, sólidos conhecimentos e fecundos conselhos*". Por sua vez, a nomeação do jovem intelectual Walter Spalding era a forma de garantir a continuidade da agremiação.

> *"Valter Spalding é a aurora radiosa que desponta. Apenas desabrocha a sua mocidade e o seu espírito cintilante brilha, já em toda a sua pujança na galeria dos beneméritos de nossa história. Quando, em regra nessa idade, a juventude sonha com amores e seu exaure no rimário dos versos, o jovem recipiendário, enclausurava-se nos arquivos, remexia papéis velhos, cotejava documentos, coletava tradições esparsas, tudo examinando através do cadinho de uma crítica serena e justa."*[12]

Após a publicação de vários "*ensaios na imprensa periódica*" e em revistas especializadas e com o primeiro volume de uma série intitulada "*Farrapos*", Walter Spalding estava habilitado a participar como sócio no IHGRS. Entretanto, Mesquita advertia que os domínios da escrita da história deveriam estar distantes da paixão e das veleidades pessoais. Se "*no julgamento de fatos e na apreciação de atitudes*" o historiador, em alguns momentos, era dominado pela paixão que lhe obscurecia a visão "*para não ver a ve*rdade", caberia o exemplo da "*imparcialidade e da objetividade*" do juiz como referência da construção do "*saber histórico*". A verdade, neste sentido, estaria no interior do documento, externa à vontade do historiador. O historiador, partindo destes pressupostos epistemológicos, arrola fatos e testemunhos e emite uma sentença. Assim, as sentenças do historiador eram legitimados por

[11] COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso de saudação feito pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa aos novos associados srs. Dr. Leonardo Macedônia e Valter Spalding. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 270.

[12] COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso de saudação feito pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa aos novos associados srs. Dr. Leonardo Macedônia e Valter Spalding. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 270.

meio de um processo praticamente judicial, através da análise dos documentos que, neste caso, são considerados provas irrefutáveis do passado.[13]

O método historiográfico era assim afirmado:

> *"Ajustando as peças do processo que a cronologia lhe fornece; pesando a prova ministrada pelas memórias, e por todos os meios em que se pode ela revelar, deve ele sentenciar, com a serenidade do magistrado. A judicatura do historiador é a de exercício mais difícil. Quanto é ele chamado a desempenhar a sua tarefa, se as paixões estão ainda efervescentes, pode ser por elas contagiados. Se extinguiram por completo, é mister uma grande acuidade de visão e o auxilio de fina psicologia, para bem aprender, na urdidura dos fatos e na trama dos acontecimentos, o seu nexo causal e, o intimo liame que a todos une, na disparidade dos fenômenos."*[14]

Tal concepção do "*fazer história*", em Leonardo Macedônia, transforma a matéria histórica em narrativa reconstituidora do fato e sua interpretação em sentenças emitidas à luz de determinados valores com o "*auxílio da fina psicologia*". Caberia ao historiador tecer a "*trama dos acontecimentos*", isento de "*paixões efervescentes*". Nesta acepção, esperava-se do intelectual "*grande acuidade de visão*" pois o trabalho de exegese e estabelecimento de uma ordem, de um "*nexo causal*" dos acontecimentos passados, seria um "*exercício mais difícil*". Ao "*ajustar as peças do processo*", o historiador reconstituiria, na "*urdidura dos fatos*", o passado histórico. Este procedimento "*científico*", dominado pela prova documental e arquivística, torna-se-ia "*meios em que se pode*" "*revelar*" a totalidade do passado.[15]

No discurso inaugural de admissão em 1932, Walter Spalding inicia observando os princípios afirmativos da "*História*" e reafirmando a tese do seu colega Adroaldo Mesquita da Costa. Para ele, diferentemente "*do que diziam*", a "*História, por exemplo registrando em suas páginas uma guerra com todos os seus pormenores, imparcialmente, está longe de incentivar paixões, fomentar discórdias, alimentar ódios*". "*Registrando-a*", afirmava o autor, "*a História não faz mais que conservar aquele fato para exemplo futuro*".[16]

Ao partir dessa prerrogativa, o historiador, sob bases científicas, deveria exclusivamente ser capaz de expressar o fato. Para tanto, o apego ao documento, o esforço obsessivo em separar o "*falso do verdadeiro*", o culto do fato histórico, permitiria ao historiador tornar a história a "*alma em defesa da Pátria*." Há nesta consideração, um enfático discurso ao "*fabricante de história*", aqui considerado pelo intelectual um "*novelista*", aquele que sem "*compulsar obras*", confrontar documentos e "*examinar os inúmeros prós e contras*", faz "*a sua história, uma história sui-generis em que a fantasia predomina*".[17]

Para Spalding tais escritos trariam danos irreparáveis a "*verdadeira História*". Com efeito, o intelectual elabora uma clara e distinta oposição, entre aquilo seria a "*História*" e a "*literatura*".[18] A primeira seria o resultado de uma metodologia dividida em três partes: "*a*

---

[13] WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 135.

[14] COSTA, Adroaldo Mesquita da. op. cit. p. 271.

[15] COSTA, Adroaldo Mesquita da. op. cit. p. 271.

[16] SPALDING, Walter. A história na vida dos povos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 282.

[17] SPALDING, Walter. op. cit. p. 282.

[18] Nas primeiras décadas do século XX, uma acirrada discussão se estabelece sobre a definição das ciências sociais enquanto disciplina forjando, assim, um embate entre as ciências ditas sociais e a literatura. Para Giselle Martins Venâncio, definia-se, dessa forma, "*os limites dos espaços literários e científicos, à medida que se tentava identificar quem eram os 'homens de letras'* e os "*homens de*

busca, ou pesquisa, a crítica e a vida da história". Enquanto o historiador, partindo desse método, reconstrói os eventos passados, o "*novelista*" os cria em sua fantasia e imaginação.

A investigação e escrita da história, por sua vez, "*requer paciência, calma, ponderação, imparcialidade*", conquanto que o romance, o conto e a poesia, prescindiriam de tais assertivas. Para Spalding, através dos documentos, o historiador reconstituiria um fato histórico singular, característico e irrepetível. A história, para ele, era uma ciência que pertencia ao ramo da crítica e não ao da eloqüência pois, o historiador, dotado de procedimentos rigorosos e juízos equilibrados, deveria buscar a realidade dos fatos. Em um lance, ao distinguir e definir as intransponíveis fronteiras entre a "*História e a literatura de ficcção*", Spalding apresentava quais seriam os "*fins e o papel que representa na vida dos povos*" o estudo da história pátria:

> *"A História nada mais é, na acepção mais ampla do termo, que a representação, ou reprodução sistemática e fiel dos fatos e dos acontecimentos de toda a espécie realizados no passado. (...) Contando o passado a luz de documentos autênticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um núcleo, revive aquele passado longínquo e mais instrúi do que deleita, porque o papel da História é ensinar, e a História, como já foi redito, é a mestra da vida."*[19]

Na "*reprodução sistemática e fiel dos fatos e dos acontecimentos de toda a espécie realizados no passado*", o intelectual definia uma distinção entre o cronista e o historiador, pois o primeiro estaria comprometido com a narrativa sobre os fatos que havia testemunhado, enquanto que o segundo deveria contar o "*passado à luz de documentos* que *autênticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um núcleo*".
Segundo Arno Wheling, falava-se no trabalho do cronista como redator de "*memórias*" que deveriam servir ao trabalho mais nobre da elaboração de "*histórias*".[20]

Assim, se estabelecia uma concepção de hierarquia entre a história e a crônica. Por esta razão, Spalding rechaçava um modelo em que se atribuía a "História" como a "*ciência dos palpites, das paixões políticas, das simpatias de raça, e predileções pessoais*". Antes, deve-se seguir a "*risca a metodologia da História, pondo de lado os sentimentos, paixões e simpatias*", por "*este ou aquele herói ou pseudo herói*". Este plano metodológico constituía a base fundamental do ofício do historiador. Ao refutar a parcialidade do historiador na escrita da história, Spalding reafirmava o "*seu fim único que deve ser A VERDADE*". Na impossibilidade

---

ciência". Na Academia Brasileira de Letras, criavam-se polêmicas com a eleição de indivíduos considerados "*homens não de letras*", os "*homens de ciência*", auto-definindo como intelectuais que lutavam pelo progresso cientifico da nação, passavam a questionar o papel dos literatos, que, segundo eles, se afastavam dos problemas mais urgentes do país. VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In.: GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 115. Por sua vez, para Roger Chartier, ao investigar a definição do significado da expressão "*homem de letras*", afirma que durante o século XVIII, alguns intelectuais idealizaram os letrados como indivíduos voltados para o estudo, a leitura e a vida em gabinetes. Todavia, se essa era a imagem ideal do homem de letras, a ela correspondia, desde o século XVIII, uma outra, mais real e cotidiana, marcada justamente pelas estratégias de intercâmbios intelectuais e políticos. Sobre esta questão ver.: CHARTIER, Roger. L´homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. L´homme des lumières. Paris: Seuil, 1996, p. 160.

[19] SPALDING, Walter. op. cit. p. 285.

[20] WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 141.

em obter as "*provas documentais*", o caminho indicado para a resolução desta questão seria contar "*que outros pesquisem e elucidem o fato*". Tal procedimento, além de primordial, pois exigiria o cotejo das fontes para a reconstituição dos acontecimentos passados, resultaria, indelevelmente, em uma "*obra de colaboração perfeita e completa*".[21]

Conquanto o que o intelectual afirmava era a importância da história para a formação e o desenvolvimento das nações. Neste sentido, os exemplos aqui tomados são a Alemanha a Itália e os Estados Unidos. As primeiras nações guiadas pelas lições da história "*avançaram para a senda do progresso, despertando inveja e curiosidade*". Por sua vez, diferentemente dos países hispânicos da bacia platina, em que sempre estiveram envolvidos "*em revoltas e aos trancos e barrancos*", nos Estados Unidos a paz e um "*verdadeiro sentimento de patriotismo*" serviram para a conquista de um "*grau máximo de cultura, de felicidade e de riqueza*."[22] Estes exemplos da "*influência da História*", deveriam ser considerados no Brasil, afinal, poderiam livrar o país, das "*ambições caudilhescas*".

No relatório encaminhado ao Presidente do IHGRS, o 1° Secretário do Instituto, Leonardo Truda declarava-se preocupado que os "*testemunhos do passado andam aí dispersos, em muitos casos ao abandono, em outros irremediavelmente"* perdidos. Assim sendo, tornava-se urgente a participação do Instituto para "*salvar o que ainda resta, urgia ativar, coordenar metodizar o estudo de toda a documentação histórica da nossa existência passada".* Nessa interpretação caberia à geografia "*desenvolver o estudo do cenário magnífico em que a"* história se "*desenvolveu".*[23] Pata tal concepção, a natureza estava vinculada irreversivelmente à condição de cenário, porém capaz de explicar e delinear profundamente os limites da nação. Assim como o patrimônio documental, organizado e catalogado nos arquivos do acervo do IHGRS, a natureza fornecia "*materiais"* de geologia, botânica, paleontologia, para assegurar uma fiel representação do Brasil. Estes objetos, classificados e ordenados teriam, por si, a capacidade de visibilizar o passado "*histórico e natural da nação".*[24]

As argüições do presidente Florêncio de Abreu antecipavam, segundo o secretário do IHGRS e Diretor do Museu Júlio de Castilhos Eduardo Duarte, a participação do estado nas festividades do centenário da independência em 1922.[25] As festividades do centenário que se aproximava, seria uma excepcional oportunidade para os intelectuais do IHGRS, nas palavras de

---

[21] SPALDING, Walter. A história na vida dos povos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 287.

[22]SPALDING, Walter. op. cit. p. 287.

[23] Relatório apresentado ao Presidente do IHGRS, 04-08-1921, p. 522.

[24] Para Sônia Regina Pinto Soares os intelectuais do IHGB no século XIX tiveram suas produções vinculadas ao Romantismo. Segundo à autora, o Romantismo não foi somente um movimento de estética literária, mas "*verdadeira revolução*", um movimento político-cultural, que apresentou como forte tendência a busca de algo novo e inexplorado. Nesse sentido, o *caminho percorrido pelos românticos brasileiros foi o de exaltação nacionalista,* pautada em fatos e sobre a natureza exuberante. Desta forma não estamos afirmando que a preocupação dos intelectuais do IHGRS nos anos de 1920 e 1930 em recuperar a "*conquista do território*" e descrever a natureza como elemento que amalgamado com a *raça,* criou as *profundas raízes da nação,* seria algo novo no pensamento intelectual brasileiro. Sobre esta questão ver: SOARES, Sônia Regina Pinto. Joaquim Noberto de Souza Silva: Historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colônia. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, UNICAMP, Campinas, 2002, p. 107.

[25] Em 1934 uma comissão foi organizada para prestar homenagens ao sócio do IHGRS Eduardo Duarte. Dante de Laytano, Othelo Rosa e Florêncio de Abreu assinaram artigos publicados na revista da agremiação, elaborando uma espécie de biografia sobre o intelectual. Na ocasião Eduardo Duarte completava 35 anos de "bons serviços prestados ao Estado" como professor, e presidente do Arquivo Histórico do Estado. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano XIV, 1934, p. 273.

Eduardo Duarte, para desfazer os erros, as inverdades, as falsas apreciações que "*correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande."*[26]Certamente, as tais inverdades citadas pelo secretário do IHGRS diziam respeito ao "*caráter separatista*" do Rio Grande do Sul, motivo de grande preocupação dos intelectuais riograndenses nas primeiras décadas do século XX. Destacavam-se as comemorações do centenário em 1922 para atestar aos "*compatrícios"* que a história do Rio Grande do Sul estaria "*estreitamente vinculada aos principais fatos da história do Brasil e da civilização".*[27] Assim, os "*pontos controversos ou insuficientemente explicados",* poderiam ser corrigidos através de uma obra "*genuinamente nacional".* Destas "*inverdades"* que ameaçavam a condição edificante do passado riograndense na história nacional, Eduardo Duarte interpelava "*as monstruosidades da Revista Brasil",* onde "*levianamente"* foram editados trechos do "*Diário do Dr. André Rebouças*". Segundo Duarte, os "*crimes ali atribuídos aos riograndenses, a veemente e injusta linguagem com que ali se maream verdadeiras glórias nacionais"* incorriam em um erro irresponsável. A "*incoerência*" da revista paulista seria "*esmagada pelo juízo da história".* Afinal, a manutenção da unidade e das fronteiras nacionais, segundo acepção do intelectual, seriam obra da "*nobre altivez"* riograndense.

Na mesma sessão inaugural, o orador oficial Emílio Souza Docca retoma a questão "*inexplicável"* da inexistência de "*tão útil e patriótica instituição".* Afirmava Souza Docca que semelhantes agremiações em outros estados têm sido "*e serão sempre o mais lisongeiro atestado da cultura e do civismo dos povos que as mantêem".*[28] Em consonância com a acepção de história que o presidente Florêncio de Abreu assinalava, para Souza Docca os estatutos, o regimento, a organização do IHGB modelavam o IHGRS, afinal, no "*seu gênero",* foi "*a primeira da América e uma das principais do mundo".*O atrelamento à instituição nacional buscava assegurar a continuidade da agremiação riograndense como "*valor inestimável'* a sociedade brasileira. Contando, à época da fundação do IHGRS, com 81 anos, o IHGB tornara-se para a "*pátria uma utilíssima instituição"* e sua revista um "*manancial precioso"* para os estudos de história e geografia do Brasil.

Para Souza Docca, quando da fundação do IHGB, toda a sociedade brasileira do período foi representada por seus "*fundadores*": um magistrado, um padre e um soldado. No intuito de estabelecer uma linhagem entre as duas instituições, segundo Souza Docca, o Rio Grande do Sul teve como o "*primeiro presidente da benemérita associação o Visconde de São Leopoldo".* A herança assim vinculada partia do "*magistrado"* intelectual que escreveu "*preciosos trabalhos históricos"* como os "*Anais da Província de São Pedro*".

A condição "*civilizatória"* do Rio Grande do Sul era atestada na afirmação de que teria sido o Visconde de São Leopoldo, presidente da província, que teria fundado a casa de caridade em Porto Alegre, instalado a primeira tipografia no Rio Grande do Sul e criado os

[26] Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-Novembro-1921.

[27] O Congresso Internacional de História da América, que se realizaria no Rio de Janeiro por ocasião das festividades do centenário da Independência teve restrita participação do IHGRS. De acordo com o Presidente da agremiação, Florêncio de Abreu, devido "*ao pequeno prazo de que dispõe o Instituto, não"* seria possível constituir uma comissão regional que se "*incumba de organizar teses especiais sobre a história do Rio Grande do Sul, de modo a serem distribuídos pelos sócios e explanadas até março de 1922".* A solução encontrada pelo Presidente Abreu, dentro das clausulas do Instituto, foi aprovar a elaboração "*abreviada de teses para ser apresentadas ao Congresso".* In.: Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, III Trimestre, 1921, p. 513.

[28] DOCCA, Souza. Discurso do orador oficial. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921, p. 127.

cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Tais marcas de "profundo nacionalismo" riograndense, segundo o orador do IHGRS, elevou o nome do Brasil entre os povos "*mais cultos do mundo".*
O IHGRS buscava a elaboração de uma "*história geral"* do estado e sua participação histórica na formação do país. Mereciam destaque as obras já publicadas sobre o estado, entretanto, segundo Souza Docca, mesmo prestando relevantes serviços à pátria, o "*cunho didático"* desses trabalhos eram esforços individuais, obras de caráter pessoal e "*capítulos"* esparsos, que confrontavam com o indispensável trabalho conjugado e "*harmônico de muitos".*[29]
Dentre os sócios do IHGRS, Lindolfo Collor destacava-se como um dos mais atuantes intelectuais nas décadas de 1920 e 1930, participando ativamente na comissão de redação da Revista oficial da instituição, elaborando pareceres técnicos sobre textos publicados pela editora Livraria do Globo e apresentando nomes de novos sócios. Esse intelectual, em carta enviada ao Presidente da República em 1921, narra a fundação do IHGRS. Na missiva, Collor expõe os "*desígnios comuns"* da agremiação e a importância de "*cultivar a história".* Esta perspectiva historiográfica baseava-se, fundamentalmente, na doutrina positivista de Augusto Comte, como se refere o próprio intelectual. A "*observação*" "*positiva"* dos fatos que se sucedem no tempo, dizia Collor, devem conduzir as ações do presente. Para ele, a ordem social e a prosperidade futura pautavam-se não em uma improvisação desmesurada, sem nexo ou continuidade. Se assim o fosse, isto equivaleria a estabelecer o caos "*em todas as conquistas do espírito humano".*[30]

Assim como as leis físicas que ordenam os astros celestiais, a história, para Collor, seria regida por leis universais. O intelectual afirmava na carta que a história baseada em leis tão imutáveis, como as da matemática, não era o "*simples relato empírico do predomínio de certos fatores ocasionais".* Se faltava uma sistematização da história, como das "*ciências que a precedem na escala dos conhecimentos",* caberia aos intelectuais do Instituto Histórico esta "*nobre missão".* O estudo historiográfico, para Collor, se destinava a uma dupla e "*convergente finalidade":* preparar o futuro pelo conhecimento do passado e fixar leis que deveriam reger o "*gradual desenvolvimento da humanidade",* tanto moral como material.[31]

Essas preocupações com o estudo da história e da geografia apontadas pelo intelectual Lindolfo Collor, antecipavam as temáticas mais constantes na produção do IHGRS ao longo das décadas de 1920 e 1930. Nesse momento pareciam fundamentais na elaboração de um discurso que pudesse sustentar a nação brasileira. Nota-se nesse período uma profunda preocupação na exaltação de certos aspectos da cultura e da sociedade brasileira, buscando símbolos que fossem capazes de representar a nação.[32] Por sua vez, acreditando-se responsáveis pela condução da

---

[29] DOCCA, Souza. op. cit. p. 129.
[30]COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LC PI 00.00.00/6 (Textual) CPDOC-FGV.
[31]COLLOR, Lindolfo. op. cit. p. 2.
[32] Para Silvia Lopes Raimundo, manifestações da cultura e do território nacional passaram a ser extremamente valorizados na afirmação dos elementos fundadores para a criação da nacionalidade nas primeiras décadas do século XX. Este embate que buscou assegurar uma "*figura nacional"* foi travado em vários estados da Federação. Diferentes grupos de intelectuais buscaram concretizar e legitimar a partir da elaboração de uma matriz local-regional o caráter "*tipicamente brasileiro".*
Além do bandeirantismo paulista, propugnado pelos intelectuais paulistas nas primeiras décadas do século XX, surgiu o "*mito da mineiridade"*. Nesse sentido a montanha mineira, representante do isolamento e da fidelidade ao passado, faria frente ao cosmopolitismo do Distrito Federal. Minas Gerais para esta vertente, aparecia como berço da brasilidade e dos ideais republicanos comungados à Conjuração Mineira. In.: RAIMUNDO, Silvia Lopes. A invenção do Mito do Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das décadas de 1920-1930. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, 2001, p. 18. Já a região do Nordeste Brasileiro não havia, naquele momento, apresentado um modelo de brasilidade centrado nos valores daquela região. Segundo Tania Regina De Luca, Gilberto

nação, únicos capazes de salvar do "*esquecimento e do abandono"* o passado obscuro e selar um mundo de conquistas e possibilidades futuras ao país, os intelectuais riograndenses nas décadas de 1920 e 1930 empreenderam um "*trabalho coletivo"* na recuperação "*de uma secular vibração patriótica em face dos inimigos da Pátria".*[33]

O Brasil, com suas fronteiras continentais, ostentando um patrimônio territorial invejável aos demais países latino americanos, deveria justificar a ocupação e manutenção do território. Tal dispositivo de "*legitimidade territorial"* não foi um problema exclusivo das primeiras décadas do século XX. Demétrio Magnoli, investigando a questão dos impasses diante da manutenção da unidade territorial na transição política de 1822, revelou a provisoriedade das soluções encontradas pelo Estado Imperial brasileiro e os embates intestinais dos conflitantes interesses das oligarquias dominantes do vasto território brasileiro. A fragilidade de manter em conjunto as províncias brasileiras residia na sua precária coesão, exigindo a concentração do poder político. No século XVIII e XIX, os inúmeros tratados assinados entre as Coroas Ibéricas, pretendiam resolver a difícil questão dos limites de fronteiras, principalmente na região do Prata. Como assevera Magnoli, a capitania do Rio Grande de São Pedro, criada em 1760, no esforço de interligação da Colônia do Sacramento, tornou-se "*pivô de demorada confrontação entre as coroas ibéricas".* Nas largas faixas de fronteiras, a delicada situação com a Coroa Espanhola determinou com que a soberania portuguesa fosse demarcada pela ocupação real e simbólica dos territórios. Tal prerrogativa incentivou o avanço das expedições ao interior do país, com o propósito de catalogar e mapear o território. A "*ocupação simbólica"* dava-se através dos documentos cartográficos, que funcionavam como instrumentos do empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais.[34]

Em 1921 o intelectual Aurélio Porto publica na revista do IHGRS um extenso ensaio sobre a "*definitiva ocupação do território brasileiro".* Para Porto, com "*trabalho perseverante",* as riquezas incalculáveis que a "*terra poderá se transformar, fecundada pela agricultura",* caracterizavam e definiam o povo e a prosperidade da nação. Essa predominância, "*tradição legada pelos antepassados"* e formadas pelas "*condições mesológicas e étnicas"* são, para Porto, a essência do Rio Grande do Sul e da nação brasileira. A definitiva soberania sobre o território dava-se pela agricultura que "*funda raízes* e *compensa mais do que a hipotética lavra das minas".* No Rio Grande do Sul, segundo o intelectual, não houve, tal qual em outras províncias, o "*grande sonho fantástico das minas de ouro ou das verdes esmeraldas".* O ouro, para Porto, "*entorpecera o organismo da incipiente agricultura do país".*[35]

A "*primazia na cultura das terras",* afirmava Porto, preconizava o "*destino"* que foi "*assinalado, historicamente, pelas condições excepcionalíssimas do meio, pelas tradições",* e pela "*laborosidade dos elementos vários que entraram na formação"* do Rio Grande do Sul e do Brasil. O combatente discurso de Aurélio Porto, ainda que afirmasse a herança bandeirante na formação do estado, diferenciava estes daqueles "*verdadeiramente nascidos na terra".* Se os bandeirantes alargaram o território brasileiro, havia sido entre as "*lutas cruentas em que nos vimos empenhados um século para constituir a Pátria, semeando a terra fertilizada pelo nosso sangue",* que garantiu a permanência do homem no solo pátrio.[36]

Freyre contribuiria neste sentido somente quando publicado em 1952 o *Manifesto Regionalista*, obra escrita em 1926. DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 125.

[33] COLLOR, Lindolfo. op. cit. p. 3.

[34]MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István. (org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Ed. UNIJUÍ, Fapesp, 2003, p. 293.

[35] PORTO, Aurélio. A Real Feitoria do Linho Cânhamo (Notas para a história da agricultura no Rio Grande do Sul). In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921. p. 120.

[36]PORTO, Aurélio. op. cit. p. 120.

Semelhante interpretação, estudada por Maria Stella Bresciani, é lançada em 1926 no Manifesto Regionalista. Nesse texto Gilberto Freyre reivindicava para a região nordeste, Pernambuco em particular, ser o foco "*difusor da civilização autenticamente brasileira".* A região, para Gilberto Freyre, seria o berço da política e da cultura nacional, repositório fiel da brasilidade. Segundo Bresciani, nos 1920, o intelectual registra, em seus escritos, particular aversão aos textos em que a figura do "*bandeirante"* aparece como elemento fundante da sociedade brasileira. O regime agrícola, assim como no texto de Aurélio Porto, para Gilberto Freyre fixa o homem na terra, torna-o sedentário, funda civilização, em contraste com os bandeirantes nômades que expandem o território, mas não se fixam, não civilizam pela ordem.[37] Tais elaborações em que os intelectuais procuravam uma definição do "*ser brasileiro"*, não possuíam significado adstrito, unívoco e homogêneo. Antes, como demostra emonstra Maria Stella Bresciani, em vários intelectuais se fez "*presente uma disputa pela primazia de determinadas partes do Brasil"* e seu peso relativo na formação da "*identidade nacional*". Para Bresciani, tais interpretações, em que as condições naturais do meio e as "*profundas diferenças*" com o continente europeu marcaram a empresa colonizadora se aproximavam das considerações do historiador francês Aléxis de Tocqueville.[38]

O argumento mesológico foi amplamente utilizado por autores no século XIX com o fito de estabelecer o confronto entre dois meios geográficos e climáticos contrastantes, cuja força exerceria um efeito dramático na conformação dos homens. Em outros termos, para esta hipótese, as características naturais de um meio específico imprimem determinações físicas, psicológicas e morais no homem.[39]

Estes princípios epistemológicos podem ser idenficados na conferência do intelectual Souza Docca pronunciada em 1927 na Sociedade de Geographica no Rio de Janeiro. No discurso, Docca afirmava que "*a vida do homem está em uma dependência estreita da vida dos rios*". Não havia, na interpretação de Souza Docca, desencontro entre civilização e natureza. O argumento mesológico aparece aqui para explicar o "*desenvolvimento e expansão de nossas riquezas*". Contrariando a tese de Paulo Prado, em que o autor se refere como a "*velha teoria das três raças*", para Souza Docca as *"serras ventiladas, ubertosas, nestes vales abrigados, acolhedores; nestes campos abertos, batidos de sol, a tristeza. é uma nuvem errante, uma sombra estrangeira, pois que tudo, o meio, o clima, as influências ancestraes, a alimentação, os*

[37] BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro? In.: CHIAPINI, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.

[38] Entretanto, para Maria Stella Bresciani, as interpretações do Brasil nos anos de 1920 e 1930 tiveram como elemento explicativo da história a determinação do meio sobre o homem. Baseados em Henry T. Buckle e Hippolyte Taine, intelectuais como Paulo Prado, Gilberto Freyre e Oliveira Viana atribuíram ao período colonial a formação da singularidade cultural brasileira. Bresciani, ao estudar a obra de Paulo Prado, "Retrato do Brasil", de 1928, afirma que, para o autor, a colonização pela atividade agrícola teria sido uma contingência, uma espécie de fatalidade a que se viram obrigados os portugueses. Oliveira Viana, em 1922, redigiu a proposta-manifesto "*O idealismo na evolução política do Império e da República",* nesse texto, segundo Bresciani, ele rearfimava a convicção do determinismo mesológico sobre a formação da população brasileira. BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro. In.: BRESCIANI, Maria Stella CHIAPPINI, Ligia. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.

[39] BRESCIANI, Maria Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In.: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, pp. 403-429.

gêneros de vida, tudo nos predispõe e inclina para o trabalho, a saúde, a confiança o optimismo, a alegria.'"[40]

Rebatendo as críticas de Souza Docca, segundo as quais, na ordem física e de natureza moral não houve, no Rio Grande do Sul, lugar "*para desânimos e nostalgias*" resultantes das determinações climáticas, Fernando Osório, em conferência intitulada "*Traços eternos do Rio Grande",* reafirma a tese do "*cadinho de raças*".[41] Para Osório, o "*ânimo forte do bandeirante*" foi o agente econômico e o "*traço de união racial que creou o Brasil*". Fernando Osório também critica o texto de Oliveira Vianna, "*Populações Meridionais do Brasil",* afirmando que se tratava de um artigo com "*interpretação materialista da história*". O trabalho de Oliveira Vianna "*Populações meridionais",* publicado em 1918, tratava da formação da nacionalidade para demonstrar, com bases científicas a heterogeneidade da população brasileira. Preocupado com os fatores "*etnológicos e antropológicos*", interessava ao autor investigar as origens da aristocracia rural brasileira, com o objetivo de desvendar sua missão civilizadora no Brasil. Oliveira Viana enfatiza os caracteres físicos do gaúcho, apontando para "*o seu espírito desbravador e guerreiro e afirmando serem estas características hereditárias, o que legitimava seu papel de governantes.*"

Para Osório, seria injusta a interpretação de Oliveira Vianna que apontava a expansão bandeirante como uma empresa que rumou ao sul "*para arrebanhar gados e cavalhadas e prear índios*". Antes, para Fernando Osório, era o "*sentimento brasileiro que lhes brotara na alma*", rasgando as fronteiras e garantindo a definitiva posse do território.

Não há, no texto de Osório, qualquer indício da propalada incompatibilidade da empresa colonizadora às terras de natureza selvagem. O argumento de Fernando Osório propunha uma formação racial pautada no "*povo selecionado em combate e acampamento*". O "*alongamento das linhas nacionaes*", o "*instincto de nacionalidade*", a língua, "*as tradições, os usos, os costumes comuns o ideal de raça*", tornou "*espontânea a incorporação do índio*" e ao "*escravo negro que descobrio o ouro*", forjando, assim, uma "*raça trabalhadora*". Foram, segundo Osório, das "*excellencias tonificantes do meio*" que se formou o "*cadinho nacional*".[42]
Mônica Pimenta Velloso, ao analisar o grupo Verde-Amarelo, afirma que a questão da relação regionalismo-nacionalismo se coloca, nos anos de 1920 e 1930 com fundamental importância nos debates que se travam em torno da idéia de nação. Para o grupo Verde- Amarelo, somente o regionalismo seria capaz de dar sentido real no tempo e no espaço à constituição da pátria. O elemento definidor da nacionalidade, segundo os verde-amarelos, seria o bandeirante paulista. A perspectiva de análise colocava o regionalismo paulista como uma mediação necessária na construção da brasilidade. Sidney Oliveira Pires, ao estudar a obra de Mário de Andrade,

---

[40] DOCCA, Souza. O Jacuhy e suas nascentes. In.: Revista do Instituto História e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano VII, 1927, p. 36.

[41] Para Marionilde Brephol de Magalhães, nas primeiras décadas do século XX a intelectualidade brasileira esteve amplamente preocupada com as influências dos imigrantes estrangeiros na formação da "*raça brasileira*". Ao analisar a obra *Canaã* de Graça Aranha, escrita em 1902, e considerada uma das obras iniciais do modernismo no Brasil, Marionilde Brephol de Magalhães afirma que como habitantes definitivos do país, os estrangeiros ao realizarem contatos com a população nativa, possivelmente, dessas experiências, surgiriam relações conflituosas. Para a mesma autora, Aranha desenha alteridades irredutíveis, não consentindo em qualquer sorte de amalgamentos. O mulato, como figura nacional, é sempre preguiçoso e antepõe-se à operosidade inata do germânico. Por outro lado, à incorporação do imigrante alemão se colocavam inúmeras restrições e denegações como as diferenças culturais e da língua. MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil.Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 53.

[42] OSÓRIO, Fernando. Os traços eternos do Rio Grande. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Anno VII, 1927, p. 562.

reafirma essa tese. Segundo ele, o intelectual modernista recorreu a simbologia do bandeirantismo para aludir a ampla autonomia do passado paulista. Essa recorrência ao bandeirante paulista, cujo "*fruto teria sido o processo de formação da nação*" visava opor-se "*à forma como estava ocorrendo o processo de centralização do governo*."[43]

Jorge Salis, em um ensaio publicado em 1930 sobre a "formação da mentalidade riograndense", afirmava que a exploração das "*novas terras conquistadas"* marcam, sobremaneira, "*o desenfreio do bandeirismo"* que, "*em relâmpagos de audácia no interior da terra virgem",* buscava riquezas e indígenas para escravizar.*686* Denominando as bandeiras como um "*delirante movimento coletivo*", "*sonho alucinante das Gerais*", no Rio Grande do Sul, devido à "*ausência de metais nobres e pedras preciosas",* não houve uma exploração revestida de crueldade. Para Salis, movidos de uma "*sincera mentalidade cristã",* em um momento em que a nação organizada e estável permitiu a fixação de famílias açorianas, foi possível a "*libertação do território"* e, com isto, assentar as bases da nacionalidade ameaçada pelos conquistadores castelhanos.[44]

As determinações "*mesológicas",* substrato primordial na formação da "*raça brasileira",* eram avaliadas como componentes que integravam "*o braço fecundador"* à "*mais opulenta natureza".* Ainda que estas perspectivas, tributárias de teorias construídas a partir das categorias de raça e meio, estivessem presentes constantemente na produção intelectual do IHGRS, tal filiação esteve longe de resultar em uma representação unívoca a respeito das formas de se superar os entraves do desenvolvimento e afirmação da nação. A crença na vitalidade de uma "*raça ainda em formação*" contrariava o pessimismo em relação aos destinos do país. Mesmo reconhecendo que havia um longo caminho a percorrer até alcançar um estágio de desenvolvimento industrial, a imaturidade da nação não comprometeria a confiança no futuro.

As conseqüências da imigração "*que há mais de um século rasgam os flancos das serranias rio-grandenses e revolvem planícies e os vales*" transformavam, para essa concepção, "*sítios solitários em colônias prósperas de onde surgem surpreendentes cidades cultas*". "*As vias férreas bracejando a rumos vários, a maquinaria de toda espécie impelindo para frente indústrias incipientes*", sintetizavam a esperança em reverter à situação de estagnação econômica do período. A miscigenação aqui é vista como um traçado linear, onde a "*decisiva influência que o português teve nas fundações originais da antiga capitania*" fora completada pela "*ação colonizadora*" dos alemães que, por sua vez, modificaram o "*curso que os elementos constitutivos da raça primitiva*" haviam definido para o futuro do país.

A afirmativa da posse do território nacional não envolvia somente o trabalho na lavoura que, segundo o intelectual Aurélio Porto, teria garantido a soberania da nação.
Indo ao encontro das "*aspirações nacionais"* o "*patriotismo riograndense"* empenhou-se em "*vingar os velhos agravos cometidos pelos espanhóis",* expulsando da zona das Missões a posse castelhana. Esta tese, defendida pelo intelectual Aurélio Porto, publicada na Revista do IHGRS, em 1921, assevera a mobilização dos jovens nascidos na província, que "*traçaram com seu sangue as raias da terra natal".* A verdade histórica que garantiria o esforço conquistador das fronteiras meridionais do país seria revelada, pois "*valiosos documentos"* estavam sendo catalogados no Arquivo Público do Estado. A vasta Província das Missões, integrada ao território brasileiro no começo do século XIX, era a prova contundente na defesa pela Pátria.

---

[43] PIRES JÚNIOR. Sidney Oliveira. Embates de um Intelectual Modernista: Papel do Intelectual na correspondência de Mário de Andrade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 82.
[44] GOULART, Jorge Salis. A formação da mentalidade rio-grandense. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1930, p. 541.

Considerações finais

Ao analisar a produção intelectual, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, observa-se uma busca obstinada dos elementos fundantes da nação brasileira. A construção de uma identidade nacional capaz de singularizá-la no confronto com o outro, além do esforço de compreender a natureza da nação no contexto internacional, demonstrava as preocupações com o futuro do país. A visão grandiosa de um território exuberante, fornecido pela geografia e pelas características "singulares" da nação, contrapunha-se a uma história sem cor ou brilho, percepção que causava uma sensação de profundo desconforto, ainda mais incomoda na medida em que a essas *ciências históricas,* atribuía-se a nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo. Ainda que para os intelectuais do IHGRS, houvesse uma história nacional por ser escrita, a "*elaboração da história e da geografia do Rio Grande do Sul",* estaria assegurada nas lutas "*heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade".* A extensão do território ganhava posição destacada nos textos publicados na Revista do IHGRS. A geografia como "*ciência do território"* possibilitava aos intelectuais do IHGRS enquadrar o passado como "*um processo constante de conquistas de uma vida aventurosa.".* Afinal, a história deveria servir como um instrumento regenerador da nação, conhecendo o passado nacional, mapeando suas riquezas e assim consubstanciando a proeminência do Rio Grande do Sul no futuro do país.

Bibliografia

BRESCIANI, Maria Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In.: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro? In.: CHIAPINI, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

DOCCA, Souza. O Jacuhy e suas nascentes. In.: Revista do Instituto História e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano VII, 1927.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.

CHARTIER, Roger. L´homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. L´homme des lumières. Paris: Seuil, 1996.

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LC PI 00.00.00/6 (Textual) CPDOC-FGV.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso de saudação feito pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa aos novos associados srs. Dr. Leonardo Macedônia e Valter Spalding. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932.

DOCCA, Souza. Discurso do orador oficial. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921.

GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOULART, Jorge Salis. A formação da mentalidade rio-grandense. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1930.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004,

MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil.Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István. (org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Ed. UNIJUÍ, Fapesp, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OSÓRIO, Fernando. Os traços eternos do Rio Grande. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Anno VII, 1927.

PIRES JÚNIOR. Sidney Oliveira. Embates de um Intelectual Modernista: Papel do Intelectual na correspondência de Mário de Andrade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PORTO, Aurélio. A Real Feitoria do Linho Cânhamo (Notas para a história da agricultura no Rio Grande do Sul). In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. A invenção do Mito do Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das décadas de 1920-1930. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, 2001.

ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

SOARES, Sônia Regina Pinto. Joaquim Noberto de Souza Silva: Historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colônia. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, UNICAMP, Campinas, 2002.

SPALDING, Walter. A história na vida dos povos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932.

VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In.: GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.